

Gênero, Identidades e Mobilização na África do Sul

Viviane de Oliveira Barbosa*

Resumo: Discriminadas e excluídas por suas condições de gênero, étnico-raciais e seus múltiplos pertencimentos, mulheres rurais, em diversos lugares do mundo, têm-se organizado em movimentos sociais, a exemplo do Rural Women's Movement (RWM), em KwaZulu-Natal, na África do Sul. A presente proposta pretende analisar as condições sócio-históricas que possibilitaram a constituição do RWM, abordando relações de gênero, questões agrárias e ambientais, construções identitárias, mecanismos de exclusão e de organização social, particularmente entre 1970 e 2003.

Palavras-chave: Movimento Social. Gênero. Identidades

Abstract: Discriminated against and marginalized due to their gender, ethnicity/race, and diverse commitments, rural women around the world have organized into social movements, such as the Rural Women's Movement (RWM) in KwaZulu-Natal, South Africa. This proposal will analyze the social and historical conditions which contributed to the constitution of RWM, discussing gender relations, agrarian issues and environmental issues, identity construction, and models and modes of exclusion and social organization that were present between 1970 and 2003.

Keywords: Social Movement. Gender. Identities

“I am rural, I am poor, I am black, and, of course, I am a woman”, costuma afirmar Sizani Ngubane, uma das fundadoras do *Rural Women's Movement* (RWM), movimento formado na África do Sul a partir de mais de 500 organizações comunitárias de mulheres e em parceria com outras instituições.¹ Atualmente, este movimento é formalmente composto por cerca de 2 mil mulheres, das quais aproximadamente 600 participam mais ativamente.

Em grande medida, o que se pretende analisar e descrever “são as mulheres em ação, inovando em suas práticas, mulheres dotadas de vida, e não absolutamente autônomas, mas criando elas mesmas o movimento da história” (PERROT, 1987, p. 168). Desse modo, argumento que histórias de mulheres rurais em KwaZulu-Natal podem ser melhor contadas menos exclusivamente por uma história de gênero ou uma história das mulheres do que como histórias entre esses dois modelos historiográficos,² e em relação irremediável com outros aspectos das relações sociais.

* Licenciada em História pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), mestra e doutoranda pelo Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos (PÓS-AFRO), Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO), Universidade Federal da Bahia (UFBA).

¹ Para uma visão panorâmica do RWM, ver o site da própria organização: <http://www.rwm.org.za/>

² Há uma longa discussão sobre as diferenças entre história de gênero e história das mulheres. A opção política é geralmente o ponto definidor da escolha. Uma história de gênero seria analiticamente mais complexa, já que

Relacionado a conjunturas sociais e políticas, culturais e econômicas, características sobretudo do último quartel do século XX, o RWM parece ter emergido num contexto em que os setores mais rurais da África do Sul caminhavam para novas alternativas de sobrevivência. Neste processo, questões sociais, raciais e de gênero, além dos desafios ambientais, foram articulados local, nacional e globalmente. Desse modo, pode-se dizer que o RWM constitui um dos “novos movimentos sociais”, cujas características seriam, segundo Eric Hobsbawm (1995, p. 406), a defesa ambiental e ecológica, afirmação de identidade étnica e demandas de gênero.

O RWM foi organizado no final dos anos 1980 através da mobilização de mulheres que perderam suas terras “ancestrais” por ocasião do apartheid (1948-1994)³. De fato, “a perda da posse da terra” teria sido “a base fundamental do regime colonial e do apartheid na África do Sul” (MNGXITAMA, 2002, p.96). Na província de KwaZulu-Natal⁴, o processo de exclusão da terra se deu de modo particular. Reivindicações pelo acesso a terra e por políticas voltadas para o uso sustentável de recursos naturais constituíram as principais características das mobilizações. Nas décadas de 1970 e 1980, houve levantes generalizados contra o apartheid em toda a África do Sul, muitos dos quais organizados contra a política de remoção de comunidades negras de suas terras cujo argumento era o da eliminação das “manchas negras” de áreas agricultáveis do país⁵.

Historicamente, as políticas econômico-estatais dirigidas ao meio rural sul-africano, guiadas por economistas, empresários e governantes, foram acompanhadas pela obliteração simbólica ou pela tentativa de exclusão efetiva dos sujeitos sociais diretamente envolvidos com os trabalhos do campo. Neste contexto, a dimensão do gênero das relações sociais parece ter tido implicações e significados profundos. Ainda que atingidas pela

consideraria que ao gênero e suas diferenças se chega na inter-relação homem-mulher. Mas este tipo de abordagem pode ser acusada de obliterar ou diminuir a importância do específico feminino nos processos sociais e históricos. Valendo-me da argumentação de TROITIÑO (2004, p. 99) considero que a história das mulheres e a história de gênero podem perfeitamente coexistir e mesmo dialogar. Fazer história das mulheres não significa negar os subsídios da história de gênero, mas optar teórico-metodologicamente por aquele campo. O mesmo se aplicaria ao uso da história de gênero.

³ Embora o apartheid enquanto instituição oficial só se estruture nos anos 1940, as principais leis e códigos característicos desse sistema já se faziam presentes pelo menos desde os anos 1910-20. Cf., dentre outros, CELL (1982).

⁴ Situada na costa leste da África do Sul, esta província costuma aparecer na dianteira das listas que apresentam os piores índices de desenvolvimento humano e os maiores indicadores de pobreza na África do Sul.

⁵ Em 1983, por exemplo, um grupo de protesto às leis do apartheid, denominado Black Sash, fundou o Transvaal Rural Action Committee (TRAC). Este comitê, em contato com outros grupos sociais da África do Sul, decidiu apoiar reivindicações de grupos locais. Desse processo, foi redigida a Carta das Mulheres (Women's Carter), uma atitude contestatória às leis costumeiras vigentes na África do Sul, entendidas como cerceamento da cidadania feminina.

violência, mulheres rurais elaboraram estratégias e se organizaram de maneira ousada, inteligente e criativa.

Inspirado em muitas reivindicações e em contato com lutas sociais mais específicas foi organizado um movimento de mulheres rurais que reunia em sua pauta questões como igualdade de gênero e direito das mulheres, acesso a terra e melhoria nas condições habitacionais e de infra-estrutura, políticas voltadas para saúde e direitos reprodutivos, acesso à educação e discussões em torno do trabalho e do bem estar social. Essas demandas contrariavam os planos estatais, especialmente os de reforma agrária, e as interfaces destes planos com práticas costumeiras, que produziram na África do Sul uma situação na qual às mulheres era negado o direito a terra. Nesse sentido, a consolidação do RWM consiste numa ação política e numa crítica aberta ao caráter predominantemente masculino dos conselhos locais, nos quais as mulheres eram excluídas ou subrepresentadas.

Tudo indica que o processo histórico de luta pelo acesso e direito a terra foi interpretado pelas mulheres rurais a partir de suas próprias perspectivas, criando categorias próprias para rememorar suas vivências, isto é, o tempo e a história foram reelaborados desde suas experiências cotidianas de vida. As múltiplas formas de violência, particularmente o estupro, constituem elemento fundamental das condições históricas que levaram ao surgimento do RWM.

Conflitos, tensões e negociações tecidos em torno das relações de gênero são elementos estruturantes da constituição deste movimento. Não à toa, as identidades de mulheres rurais sul-africanas se relacionam diretamente com os múltiplos usos e enfrentamentos do gênero, especialmente nas suas relações com seus maridos e/ou companheiros. Entretanto, as conquistas de mulheres rurais no âmbito público nem sempre vieram acompanhadas de transformações nas relações familiares. Há mulheres que ainda sofrem violência doméstica, principalmente estupro e espancamento. Mesmo após a implantação da Constituição sul-africana de 1996, são ainda comuns tentativas de expulsão de mulheres das suas terras por parentes de seus maridos/companheiros⁶.

Sem dúvida, algumas questões permanecem fundamentais para o RWM, como a independência econômica e política das mulheres rurais face aos parentes e maridos/companheiros, o ato de recusarem o segundo casamento (geralmente ocorrido em caso de

⁶ Cf., dentre outros, MEINTJES (1996); WALKER (1998); WAYLEN (2004).

viuvez, em que a mulher deve cumprir perante a comunidade a função de se casar com o cunhado) e a problemática da feminização do vírus da AIDS⁷.

As idéias sobre gênero, raça e classe social, mais do que moldarem as experiências dessas mulheres, foram reinterpretadas por elas. As identidades de mulheres rurais sul-africanas foram acionadas durante os conflitos coletivos num campo de compreensões partilhadas. Possivelmente, das atividades freqüentemente realizadas em grupo por elas derivaram sociedades de assistência mútua, formas originais de organização, como as que levaram ao processo de surgimento do RWM. Mas embora este movimento seja historicamente construído enquanto uma organização de mulheres rurais, algo que unificaria diferentes agentes sociais num único corpo, ele deve ser visto como espaço de conflitos e ambigüidades. As mulheres estão posicionadas desigualmente dentro do RWM. Algumas, por exemplo, estão mais próximas das redes políticas nacionais e internacionais⁸, ao passo que outras continuam mais ligadas às suas comunidades rurais locais, com pouca oportunidade de atuação fora destes espaços, e ao contexto da organização institucional do movimento, significativamente dependentes de suas líderes.

Desde sua fundação, o RWM tem se projetado para além das fronteiras geográficas oficiais estatais, rompendo com fronteiras regionais e constituindo-se em um movimento que se pensa a partir do espaço rural e se fundamenta em critérios de gênero, étnico-raciais e de classe. Ora, hoje constitui lugar-comum a idéia de que as identidades não surgem no isolamento, mas são resultado de interações. São contrastivas e essencialmente relacionais, já que implicam na relação do mesmo e do outro. As desigualdades estruturadas em torno das diferenças de gênero podem ser produzidas e reproduzidas nos meios rurais (PORTELLA et. al., 2004). De fato, um dos canais por meio dos quais se tornam políticas as tensões e contradições do meio rural é a politização da “opressão de gênero e, com isso, tornam-se mais complexas as relações de poder, antes restritas ao conteúdo de classe” (BUARQUE, 2003, p. 3).

Se são complexas as identidades produzidas desde o lugar das diferenças de gênero, não menos o são aquelas baseadas em critérios fenotípicos. A identidade étnico-racial, assim como a de gênero, enraíza-se em uma diferença física notável. Assim, trata-se de considerar

⁷ Segundo relatórios do RWM, a violência sexual antes da Constituição de 1996 era recorrente e tinha relação com a infecção de mulheres rurais pelo HIV/AIDS. Mulheres do movimento afirmam que a prática de alguns homens que estupravam mulheres para consumarem o casamento contribuiu para a feminização da doença. Deborah POSEL (2006, p. 40) mostra que, no pós-apartheid, a AIDS se impôs como um grande problema na África do Sul e que KwaZulu-Natal apresenta um dos maiores índices de contaminação pelo vírus.

⁸ Há que se considerar que intelectuais, e setores e instituições ligados ao governo e a diferentes denominações religiosas tiveram participação ativa na constituição do RWM.

processos de construções identitárias, salientando-se o caráter sócio-cultural, historicamente processado, de uma determinada auto-identificação. Como lembra Stuart Hall (2003), a identidade é um lugar que se assume, uma costura de posição e contexto, e não uma essência ou substância a ser examinada. A identidade negra é também um processo de construção moderna que oscila entre contextos locais e globais (GILROY, 2001). A etnicidade, como se poderia argumentar a partir do caso do RWM, pode ser invocada como uma origem e uma cultura comuns, e também pode ser mobilizada como forma de reivindicação cultural, relacionando-se a protestos eminentemente políticos (CUNHA, 1986).

Não menos complexos que as identidades de gênero e étnico-racial são os laços construídos a partir de solidariedades de grupo e classe social. Se classe se forma quando pessoas que compartilham de experiências comuns (herdadas ou partilhadas) articulam uma identidade que coaduna com seus interesses entre si e, em geral, contra outros interesses que diferem dos seus, (MOTTA, 1999, p. 195) as mulheres rurais aqui enfocadas constituem grupos sociais. Thompson (2001, p. 260-1) sugere que classe não pode ser tomada como uma categoria estática. Classe deve ser interpretada como “uma categoria histórica descritiva de pessoas numa relação no decurso do tempo e das maneiras pelas quais se tornam conscientes de suas relações, como se separam, unem e entram em conflito, formam instituições e transmitem valores de modo classista”. Sendo assim, “classe é uma formação tão ‘econômica’ quanto ‘cultural’”.

Mais do que definir, a priori, classe, cor/ “raça” ou sexo/gênero como categoria fundamental, é preciso notar as implicações cotidianas desses contextos condicionais para os diferentes sujeitos sociais. Não se deve esquecer que os conceitos são frequentemente fraturados pelos períodos históricos e pelos contextos sociais. Observando as experiências de mulheres rurais sul-africanas, vê-se que nenhum daqueles contextos condicionais é temporal e/ou espacialmente absoluto, isto é, nenhum deles é sempre, e em todo lugar, e do mesmo modo, acionado, seu ativamento depende de cada situação em que os sujeitos se encontram e com as quais eles se deparam.

REFERÊNCIAS

BARRETT, Hazel; BROWNE, Angela. Women’s time, labour-saving devices and rural development in Africa. **Community Development Journal**, v. 29, n. 3, p. 203-214, 1994.

BARTH, Fredrich. Grupos Étnicos e suas Fronteiras. In.: POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: UNESP, 1998.

BUARQUE, Cristina. **A dimensão de gênero no mundo rural brasileiro contemporâneo. Texto preparado para o Seminário Internacional: Gênero no Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais**, realizado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Norte, Banco Mundial e Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura. Natal, 14-17 de julho de 2003.

- CELL, John. W. **The Highest Stage of White Supremacy**. The Origins of Segregation in South Africa and the American South. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.
- CUNHA, Manuela. Etnicidade: da cultura residual mas irreduzível. In.: CUNHA, M. Antropologia do Brasil. **Mito, história, etnicidade**. São Paulo: Brasiliense; EDUSP, 1986.
- GILROY, Paul. **O Atlântico negro**: Modernidade e dupla consciência. São Paulo: Ed. 34, 2001.
- HALL, Stuart. **Da Diáspora**. Belo Horizonte: UFMG; Brasília: UNESCO, 2003.
- HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MEENA, Ruth. Gender in South Africa. **Southern Africa Political Economy Series**, Harare, 1992.
- MEINTJES, Sheila. The Women's Struggle for Equality During South Africa's Transition to Democracy. **Transformation**, v. 30, 1996.
- MNGXITAMA, Andile. Fim do apartheid, mas não da pobreza. **Observatório da Cidadania**, 2002. Disponível em: http://www.socialwatch.org/es/informeImpreso/pdfs/africanosul2002_bra.pdf
- MOTTA, Alda Britto da. As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento. **Cadernos Pagu**, n. 13, p. 191-221, 1999.
- PAULILO, Maria Ignez S (2004). Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. In.: **Estudos Feministas**. v. 12, n.1. Florianópolis: UFSC.
- PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- PORTELLA, Ana Paula; SILVA, Carmem; FERREIRA, Simone. **Mulher e Trabalho na Agricultura Familiar**. Recife: SOS CORPO – Gênero e Cidadania, 2004.
- POSEL, Deborah. A controvérsia sobre a AIDS na África do Sul: marcas da política de vida e morte no pós-apartheid. **Afro-Ásia**. n. 34, p. 2006. p. 39-66.
- POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. **S. O. S. CORPO**, Recife, 2. ed., 1995.
- TERBORG-PENN, Rosalyn. Black Women Freedom Fighters in South Africa and the United States: a comparative analysis. **Dialectical Anthropology**, v.15, n. 2- 3, 145-151, p. 1990.
- THOMPSON, Edward P. Folclore, antropologia e História social. In.: NEGRO, Antonio L; SILVA, Sergio. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: UNICAMP, 2001.
- _____. O termo ausente: experiência. In _____. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- TROITIÑO, Sonia. Trajetória e perspectivas da história das mulheres no Brasil. In: VALDIVIESO, P. et al. **La historia de las mujeres: una revisión historiográfica**. Valladolid: Universidad de Valladolid, 2004.
- WALKER, Cheryl. **Land Reform and Gender in Post-Apartheid South Africa**. In: UNITED NATIONS RESEARCH INSTITUTE FOR SOCIAL DEVELOPMENT (UNRISD), October 1998.
- WAYLEN, Georgina. **What can the South African transition tell us about gender and democratization?** In.: CENTRE FOR ADVANCEMENT OF WOMEN IN POLITICS SCHOOL OF POLITICS/ QUEENS UNIVERSITY BELFAST, September, 2004.